

DC Energia e Participações S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)				
Ativo	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.704	3.679	111.880
Contas a receber de clientes	9	-	98	22.639
Estoques	10	-	-	19.784
Aplicações financeiras restritas	11	67	67	157
Tributos e impostos a recuperar	11	1.639	1.474	6.645
Despesas pagas antecipadamente	12	2	2	2
Outros créditos	12	674	775	10.432
Total do ativo circulante		6.086	6.095	171.520
Não circulante				
Outros créditos	12	-	-	11.578
Tributos e impostos a recuperar	11	-	-	58.426
Adiantamento a fornecedores	13	74.156	74.156	74.156
Transações com partes relacionadas	13	14.769	12.076	16.188
Investimentos	14	916.228	858.215	1.039.078
Imobilizado	15	193	244	147.737
Intangível	16	-	-	33
Diferido	16	-	-	68
Total do ativo não circulante		1.005.346	944.691	1.347.195
Total do ativo		1.011.432	950.786	1.518.715
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	17	128	323	9.185
Empréstimos e financiamentos	18	-	1.516	6.058
Debêntures	19	-	-	69.733
Impostos correntes e obrigações tributárias	22	8	10	6.087
Obrigações estimadas	23	-	-	23
Transações com partes relacionadas	23	-	-	199
Taxas regulatórias	10	-	-	11.706
Dividendos e juros sobre o capital próprio	21	112.024	87.258	112.912
Outras contas a pagar	21	26.965	25.116	29.492
Total do passivo circulante		139.125	114.223	245.394
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	18	-	23.477	-
Debêntures	19	-	-	238.291
Transações com partes relacionadas	13	293.402	311.410	295.243
Taxas regulatórias	20	-	-	9.808
Provisão para contingência	24	-	-	1.048
Passivo fiscal diferido	23	-	-	26.201
Total do passivo não circulante		293.402	334.887	570.591
Patrimônio líquido				
Capital social	25	177.503	177.503	177.503
Reserva de capital		23.624	23.624	23.624
Reserva legal		35.501	32.574	35.501
Reserva de lucros		342.277	267.975	342.277
Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		578.905	501.676	578.904
Participação de não controladores		-	-	123.825
Total do patrimônio líquido		578.905	501.676	702.729
Total do passivo e patrimônio líquido		1.011.432	950.786	1.518.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)				
Receita operacional líquida	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receita operacional líquida	26	-	167.728	185.705
Custo dos produtos vendidos	27	-	(66.835)	(100.627)
Lucro bruto			100.893	85.078
(Despesas) receitas operacionais				
Gerais e administrativas	28	(1.605)	(1.313)	(19.032)
Outras receitas		13	98	195
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(1.592)	(1.215)	82.056
Receitas financeiras	29	2.895	3.444	8.829
Despesas financeiras	29	(2.184)	(8.218)	(23.874)
Despesas financeiras líquidas		711	(4.774)	(15.045)
Resultado antes da equivalência patrimonial e impostos		(881)	(5.989)	67.011
Resultado de equivalência patrimonial	14	102.878	110.324	58.222
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		101.997	104.335	125.233
Imposto de renda e contribuição social	30	-	-	(8.914)
Correntes	30	-	-	(5.588)
Diferidos				(12.153)
Lucro líquido do exercício		101.997	104.335	113.080
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores		101.997	104.335	101.997
Acionistas não controladores		-	-	11.083
Lucro líquido do exercício		101.997	104.335	113.080

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Investidas diretas	País	Participação acionária	
		2019	2018
Eletricidade do Brasil S.A. ("EBRASIL")	Brasil	100,00%	100,00%
Vigus Engenharia Ltda.	Brasil	95,00%	95,00%
ASTC Tecnologia Ltda.	Brasil	50,00%	50,00%
Antares Serviços e Participações Ltda.	Brasil	37,00%	37,00%
Suape Ambiental Ltda.	Brasil	1,00%	100,00%
Investidas indiretas			
EBRASIL Energia Ltda. ("EBE")	Brasil	89,50%	89,50%
EBRASIL Gás e Energia S.A. ("EGAS")	Brasil	99,99%	99,99%
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. ("EPESA")	Brasil	83,60%	83,60%
EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE")	Brasil	99,99%	99,99%
Termocabo S.A. ("Termocabo")	Brasil	24,00%	24,00%
Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR")	Brasil	50,00%	50,00%
Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. ("CEBARRA")	Brasil	25,00%	25,00%
Centrais Elétricas de Sergipe S.A. ("CELSE")	Brasil	100,00%	100,00%
Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA")	Brasil	41,66%	41,66%

a. Investidas diretas. (i) Controladas diretas. Eletricidade do Brasil S.A. - ("EBRASIL"). A Eletricidade do Brasil S.A. ("societade") é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede em Recife-PE. A EBRASIL foi constituída em 14 de outubro de 2008, com o objetivo de participar de outras sociedades, comercializar energia e na gestão de empreendimentos. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a EBRASIL possui participações societárias em controladas e coligadas conforme relação abaixo: • 89,5% das cotas da EBRASIL Energia Ltda. (EBE); • 83,60% das ações das Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. (EPESA); • 99,99% das quotas da EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. (ENORTE); • 99,99% das ações da EBRASIL Gás e Energia S.A. (EGAS); e • 24% das ações da Termocabo S.A. (Termocabo), Vigus Engenharia Ltda. ("Vigus Engenharia"). A Vigus Engenharia Ltda. é uma sociedade empresária limitada localizada no município de Igarassu - PE fundada em 6 de junho de 2003. Sua atividade principal é atividades técnicas relacionadas à engenharia e arquitetura. (ii) Controladas indiretas. Centrais Elétrica de Pernambuco S.A. ("EPESA"). A EPESA é uma so-

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)				
Lucro líquido do exercício	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Lucro líquido do exercício	101.997	104.335	113.080	112.299
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total	101.997	104.335	113.080	112.299
Resultado abrangente atribuível aos:				
Acionistas controladores	101.997	104.335	101.997	104.335
Acionistas não controladores	-	-	11.083	7.964
Resultado abrangente total	101.997	104.335	113.080	112.299

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)				
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais	101.997	104.335	113.080	112.299
Fluxo líquido do exercício	101.997	104.335	113.080	112.299
Ajustes por:				
Provisão para contingência	-	-	-	(6.911)
Participação de não controladores	-	-	11.083	-
Equivalência patrimonial	(102.878)	(110.422)	(58.222)	(68.035)
Resultado na baixa de ativo imobilizado	51	(124)	12.460	15.073
Depreciação e amortização	-	-	971	2.331
Redução no ativo diferido	-	-	8.914	2.791
Provisões com pesquisa e desenvolvimento	-	-	3.239	-
Impostos diferidos	-	-	1.366	2.919
Juros provisionados empréstimos	2.118	8.218	5.037	21.229
Juros provisionados debêntures	-	-	13.694	7.409
Varição nos ativos e passivos	1.288	2.150	111.622	86.186

(Aumento) redução em contas a receber de clientes 98 (98) 39.150 (36.793) (Aumento) redução dos impostos a recuperar (165) (167) (1.673) (2.058) (Aumento) em estoques - - 18 (1.043) Redução (aumento) em outros ativos 101 (63) 7.446 (10.457) (Redução) aumento em fornecedores (195) 258 (2.862) 539 (Redução) aumento em impostos e contribuições líquido (2) (8) 3.668 4.178 (Redução) aumento em obrigações estimadas - - 20 3 (Redução) aumento em outros passivos 1.868 618 (8.605) 13.085 **Caixa gerado pelas atividades operacionais** **2.993** **2.690** **148.783** **53.640** Juros de empréstimos bancários (2.118) (1.286) (5.044) (3.886) Juros debêntures - - (15.069) (5.642) Impostos pagos - - (3.189) -

Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais				
	875	1.404	125.481	44.112
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimentos				
Adições de investimento	-	(184.968)	(195.250)	(300.137)
Dividendos de investidas avaliados por equivalência patrimonial	44.839	102.846	68.021	71.408
Recurso proveniente de alienação do imobilizado	-	-	772	10.585
Adições de imobilizado	-	(263)	(278)	(2.235)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(2.693)	(2.899)	(2.204)	(20.502)
Adições de intangível	-	-	-	49
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimentos	42.146	(85.284)	(128.939)	(240.832)

Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Contratação de empréstimos e financiamentos	-	-	-	90.002
Captação de debêntures	-	-	250.000	50.000
Captação de partes relacionadas	-	144.547	-	144.051
Aporte de capital	4	-	-	-
Amortização de empréstimo de Partes relacionadas	(18.008)	-	(20.746)	407
Amortização do valor principal debêntures	-	-	(63.154)	(13.154)
Amortização do principal dos empréstimos bancários	(24.992)	(26.393)	(95.219)	(72.576)
Pagamento de dividendos	-	(34.215)	-	(34.216)
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento	(42.996)	83.339	70.881	164.514

Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa				
	25	59	67.423	(32.206)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	3.679	3.620	44.457	76.663
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	3.704	3.679	111.880	44.457
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	25	59	67.423	(32.206)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

cidade anônima de capital fechado que implementou e opera duas centrais geradoras termelétricas denominadas Pau Ferro I e Termomauas, com potência instalada de 94,05 MW e 142,65 MW, respectivamente. As autorizações são provenientes do leilão proforma pela ANEEL em 29 de junho de 2006. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2009. A EPESA entrou em operação comercial em junho de 2009. EBRASIL Energia Ltda. ("EBE") é uma Empresa limitada com sede em Recife-PE que está devidamente autorizada a atuar no âmbito do Mercado Livre de Energia Elétrica, mediante despacho ANEEL nº 4.713 de 17 de dezembro de 2009 e deliberação do Conselho de Administração da CCEE em sua 445ª reunião de 22 de dezembro de 2009. A EBE possui participação acionária na de 50% na CELSEPAR - Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A., que por sua vez possui 100% de participação acionária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Em 4 de novembro de 2016 a EBE passou a ter participação societária de 25% das ações da CEBARRA - Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros. EBRASIL Norte Geração de Energia Ltda. ("ENORTE") é uma Empresa limitada com sede em Iranduba - Amazonas, constituída em 13 de maio de 2010 para atender ao contrato firmado com a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. O objeto deste contrato era a locação de grupos geradores de energia elétrica e seus sistemas auxiliares e associados e os serviços de operação e manutenção da Usina para uma potência contratada de 50 MW e com o 5º aditivo contratual a potência instalada foi reduzida para 25MW. A Administração tinha como estimativa ingressos de recursos na ordem de R\$ 14 milhões/ano, e eventual necessidade adicional de caixa seria suportada por seus controladores. Em 2019 e 2018, a participação em leilões não ocorreu e a Empresa permaneceu locando seus equipamentos no decorso do ano, bem como inserido no mercado de energia para participação de novos leilões. Em 2019, a empresa avaliará a continuidade de seus negócios. EBRASIL Gás e Energia S.A. ("EGAS") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em Cabelodo, Estado na Paraíba, que tem por objeto construir, implantar e operar usinas termelétricas abastecidas a Gás Natural, bem como importação, exportação e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito (GNL) e Gás natural Comprimido (GNC). Em 2018 teve sua constituição societária alterada para holding, passando a deter 41,66% das ações da EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A. (iii) Controladas em conjunto direta. ASTC Tecnologia Ltda. A ASTC Tecnologia Ltda. é uma Empresa de Pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais. (iv) Controladas em conjunto indiretas. Centrais Elétricas de Sergipe Participações S.A. ("CELSEPAR"). A CELSEPAR é uma Sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, constituída em 11 de dezembro de 2017. O endereço do escritório, atual sede da Empresa, é na Av. das Nações Unidas, nº 12.399, Brooklin Paulista, São Paulo - SP e tem por objeto a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. Em 16 de março de 2018, a CELSEPAR adquiriu 100% de participação societária na CELSE - Centrais Elétricas de Sergipe S.A. Centrais Elétricas de Sergipe S.A. (Em fase pré-operacional) ("CELSE"). A CELSE tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica através de implantação e exploração da UTE Porto de Sergipe I; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. (v) Controladas em conjunto indiretas. EPASA - Centrais Elétricas da Paraíba S.A. ("EPASA"). A EPASA é uma sociedade anônima de capital fechado que implementa e opera duas centrais geradoras termelétricas denominadas Termomonte e Termoparaba, ambas movidas a óleo combustível e com potência instalada de 170,80 MW cada. As autorizações são provenientes do leilão promovido pela ANEEL em 9 de julho de 2007. Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado são pelo prazo de 15 anos a partir de 1º de janeiro de 2010. As Usinas entraram em operação comercial em 24 de dezembro de 2010 e 13 de janeiro de 2011, respectivamente. Centrais Elétricas de Barra dos Coqueiros S.A. (Em fase pré-operacional) ("CEBARRA"). A CEBARRA tem por objeto (i) a geração e comercialização de energia elétrica; (ii) a implantação de unidades geradoras de energia termelétrica, a partir do gás natural combustível, a ser operada pela Sociedade, por coligadas ou por terceiros; (iii) a produção e comercialização de vapor, água quente, água gelada/refrigeração (energia térmica) e energia elétrica através de termo-geração, geração distribuída, co-geração ou qualquer outro processo ou tecnologia, a partir de quaisquer fontes energéticas; (iv) importação, exportação, vaporização e comercialização no mercado interno de Gás Natural Liquefeito e de Gás Natural; e (v) a participação em outras sociedades como quotista ou acionista. 2. Base de preparação: a. Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de Reais)										
Saldo em 31 de dezembro de 2017	Atribuível aos acionistas controladores									
	Nota	Capital social		Reserva de capital		Reserva de lucros		Participação de não controladores		Total do patrimônio líquido
		Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros	Total		
Saldo em 31 de dezembro de 2017		177.503	-	23.624	27.358	267.974	-	496.459	44.727	541.186
Efeito do ajuste da participação dos não controladores		-	-	-	-	-	-	-	22.067	22.067
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	104.335	104.335	112.299
Destinações:										
Constituição de reserva legal	25b	-	-	5.217	-	-	-	(5.217)	-	-
Dividendo mínimo obrigatório	25c	-	-	-	-	-	-	(24.780)	(24.780)	(24.780)
Dividendo pago	25c	-	-	-	-	-	-	(9.436)	(9.436)	(9.436)
Div										

DC Energia e Participações S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a final ser que esteja razoavelmente certo de que o Grupo irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. **i. Intangível, Reconhecimento e mensuração.** Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, direito de exploração de concessões e softwares. São mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável. **Gastos subsequentes.** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. **Amortização.** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. Os métodos de amortização e as vidas úteis são revisados a cada data de balanço e ajustadas caso seja apropriado. O prazo estimado de amortização do intangível está entre 5 e 10 anos. **j. Instrumentos financeiros. (i) Reconhecimento e mensuração inicial.** O contata a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando o Grupo se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contata a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contata a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente.** **Ativos financeiros.** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Grupo mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **E** mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **S** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **E** mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **S** seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, o Grupo pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.** Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: **•** Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; **•** Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; **•** O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e **•** Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas.** **Ativos financeiros a VJR** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **Ativos financeiros a custo amortizado** – Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. **Instrumentos de dívida a VJORA** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. **Instrumentos patrimoniais a VJORA** – Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. **Passivos financeiros. Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas.** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **Desreconhecimento.** **Ativos financeiros.** O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Grupo nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros.** O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Grupo também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **k. Capital social. Ações ordinárias.** Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. O direito a voto é reservado, exclusivamente, aos titulares de ações ordinárias e cada ação dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias dos Acionistas. **l. Redução ao valor recuperável de ativos - Impairment.** **Ativos financeiros não-derivativos.** O CPC 48 exige que o Grupo registre as perdas de crédito esperadas em todos os seus títulos de dívida, empréstimos e contas a receber de clientes, com base em 12 meses ou por toda a vida. Na avaliação do modelo de perdas em crédito esperadas, o Grupo levou em consideração seu procedimento atual de provisão para perdas com devedores duvidosos, estimativas futuras de perdas e indicadores de crescimento aplicáveis à área da atuação do Grupo. O Grupo não apresentou impacto relevante em suas demonstrações financeiras pela alteração do modelo de perdas em créditos esperadas. **Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.** O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto a perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares. Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perdas incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado. **Ativos não financeiros.** Quando aplicável, os ativos não financeiros com vida útil indefinida, são testados anualmente para a verificação se os valores contábeis não superam os respectivos valores de realização. Os demais ativos sujeitos à amortização são submetidos ao teste de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou o seu valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o Grupo não possuía ativos não financeiros com vida útil indefinida. **m. Provisões.** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se o Grupo tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. **n. Arrendamentos.** O Grupo aplicou o CPC 06 (R2) a partir de 1º de janeiro de 2019 e não identificou contratos relevantes aplicáveis a norma. O Grupo optou por não reconhecer ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo que são isentos pela norma. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento. **o. Dividendos.** De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previs-

to no Estatuto Social. De acordo com o CPC 24 e o ICPC 08 (R1), apenas os dividendos mínimos obrigatórios podem ser provisionados. Já os dividendos declarados ainda não aprovados só devem ser reconhecidos como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, são mantidos no patrimônio líquido, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras, **p. Novas normas e interpretações adotadas.** As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras do Grupo: Definições de materialidade (emendas ao CPC 26 e CPC 23). **8. Caixa e equivalentes de caixa**

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Caixa e Bancos	12	161	4.587
Aplicações financeiras	3.692	3.518	107.293
Total	3.704	3.679	111.880

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários. As aplicações financeiras em operações de curto prazo possuem liquidez imediata, baixo risco de crédito e remuneração equivalente a 100% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 31 de dezembro de 2019 e 2018, e são movimentadas para atender as necessidades de caixa da Sociedade e suas controladas. **9. Contas a receber de clientes**

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Clientes faturado	3.871	5.334	
Clientes a faturar	11.019	10.264	
Valores a receber - conta centralizadora	-	629	
Mercado de Curto Prazo CCEE	7.517	44.670	
Clientes diversos	64	332	

EPESA: Clientes faturado Clientes a faturar Valores a receber - conta centralizadora Mercado de Curto Prazo CCEE Clientes diversos **ENORTE:** Clientes faturados **EGAS:** Clientes diversos Outras controladas

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
		56	388
		22.639	61.789

O saldo de contas a receber é composto pela consolidação das empresas controladas do setor de energia elétrica, representando recebíveis 100% no curto prazo provenientes de geração de energia elétrica, principalmente de sua controlada indireta Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA. O saldo em contas a receber da EPESA é representado pelos contratos de comercialização de energia elétrica CCEAR, na modalidade disponibilidade de energia elétrica atrelada ao fator de disponibilidade das usinas, assinados com 30 distribuidoras por usina e atualizados anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA-A), classificado como receita fixa e, quando da ocorrência de geração de energia, é classificada como receita variável. O recebimento, tanto da receita fixa e da variável, ocorre em três vencimentos, cada um equivalente a um terço do valor mensal, a partir do mês do reconhecimento da receita, sendo: (a) primeiro vencimento no dia 20 do mês subsequente; (b) segundo vencimento no dia 30 do mês subsequente; e (c) terceiro vencimento no dia 10 do segundo mês subsequente. A Administração do Grupo entende que é desnecessária a constituição da provisão para perdas esperadas de crédito, visto que o Grupo não possui histórico de inadimplência das contas a receber, cuja liquidação financeira é regulada pela ANEEL.

10. Estoques

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Óleo diesel	12.553	11.963	
Lubrificantes	101	223	
Peças de reposição e manutenção	7.110	7.596	
	19.764	19.782	

A maior parte do saldo de Estoques pertence à controlada indireta Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA, que mantém em seu estoque peças de reposição e óleo diesel. As peças são necessárias à manutenção das máquinas e equipamentos vinculados à geração de energia elétrica, bem como para manutenção dos bens em geral, que somente são capitalizados ao custo do ativo imobilizado quando há aumento da vida útil do bem. A EPESA adquiriu óleo diesel com a finalidade de atender plenamente a necessidade de geração de energia em plena carga, tendo que permanecer com a capacidade total de estocagem de diesel. **11. Tributos e impostos a recuperar**

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS	5	5	58
IRPJ e CSLL a recuperar	1.634	1.469	8.551
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	1.084
ICMS ST a ressarcir (i)	-	-	50.858
Outros	-	-	4.520
	1.639	1.474	65.071

Circulante Não circulante **(i) Controlada indireta EPESA:** Refere-se aos valores do ICMS - Substituição Tributária (ST) cobrados nas notas fiscais de compras de óleo diesel para produção de energia elétrica, tendo a EPESA o incentivo fiscal do diferimento desse imposto, a partir da operação de venda da distribuidora, e para os quais foi solicitado em julho de 2013 o ressarcimento à Secretaria da Fazenda de Pernambuco - SEFAZ/PE, conforme regulamento do ICMS (Decreto nº 14.876/91). Conforme regulamento do ICMS do Estado de Pernambuco, não há prazo determinado para se fazer a devolução destes valores do ICMS-ST, razão pela qual a Companhia está classificando não circulante. Em conformidade com a Lei nº 16.565 de 8 de outubro de 2015, a partir de 1º de outubro de 2015 as operações de compra de óleo diesel para consumo na UTE tiveram a base de cálculo do ICMS reduzida para alíquota máxima de 7%. Contudo, a BR Distribuidora questionou ao Estado de Pernambuco (SEFAZ) sobre a efetiva aplicação desta Lei e que até a presente data o Estado ainda não se manifestou e, assim sendo, a BR Distribuidora continuou emitindo notas fiscais sem consideração o efeito da referida Lei. Diante desta incerteza, foi registrado como custo o ICMS do combustível todo o ICMS destacado nas referidas notas fiscais de compra de diesel, da mesma forma antes desta Lei, até que haja manifestação pelo Estado de Pernambuco obrigando definitivamente a BR Distribuidora a efetivar a aplicação da referida Lei, quando então serão efetuadas concessões de crédito pela BR Distribuidora para compensar valores pagos a maior correspondente ao ICMS excedente a alíquota de 7% do fomento do óleo diesel deste período. A Administração não tem dúvidas quanto ao direito de ressarcimento do valor perante os órgãos competentes e, considerando o histórico de sentenças favoráveis, que pode ser observado em outras empresas do setor, tem expectativa de que o valor será realizado nos próximos exercícios.

12. Outras contas a receber

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Conta reserva do serviço da dívida (i)	-	5.158	8.209
Dividendos a receber (ii)	-	2.477	1.685
Depósitos judiciais	-	9.968	5.333
Despesas antecipadas	-	1.843	741
Outros (iii)	674	775	6.564
	674	775	22.010

Circulante Não circulante **(i)** No consolidado, a controlada EPESA precisa manter reserva financeira equivalente ao montante de amortização de três parcelas subsequentes de principal e juros das debêntures. O valor é calculado e retido pelo agente fiduciário dos debenturistas diretamente da conta centralizadora. **(ii)** O saldo de dividendos a receber corresponde a dividendos declarados da Termocabo para a controlada Eletricidade do Brasil S.A.. **(iii)** No consolidado, refere-se substancialmente a pagamentos adiantados em 2018 para aquisição de combustível e a diversos fornecedores de peças de reposição e serviços de manutenção da controlada EPESA. **13. Transações com partes relacionadas:** Os principais saldos, assim como as transações que influenciaram o resultado relativas às operações com partes relacionadas, são decorrentes de contratos de mútuos que incidem juros equivalentes a taxas de empréstimos de capital de giro, calculados a 100% da variação do CDI + 2,5% a.a., refletindo melhor o custo do dinheiro no mercado financeiro. Desta forma, a Administração entende que tais operações são realizadas em condições usuais de mercado. A medida de geração de caixa das empresas devedoras, os mútuos estão sendo liquidados.

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Ativo Passivo	Ativo Passivo	Ativo Passivo	Ativo Passivo
não cir- culante	não cir- culante	não cir- culante	não cir- culante
4.264	4.264	-	-
8.339	8.339	-	-
1.037	1.037	-	-
74	74	-	-
-	-	293.402	-
-	-	-	199
-	-	-	1.550
287	287	-	-
198	198	-	-
495	495	-	-
95	95	-	290
14.769	293.402	16.188	199

14. Investimentos

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Eletricidade do Brasil S.A. ("EBRASIL")	916.158	858.049	-
Vigus Engenharia Ltda.	183	275	-
Suape	(113)	(109)	-
Termocabo S.A. ("Termocabo")	-	-	11.701
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. ("CEPEPAR")	-	-	842.578
Centrais Elétricas de Paraíba S.A. ("EPASA")	-	-	184.799
	916.228	858.215	1.039.078

15. Imobilizado: a. Composição da conta

Consolidado		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Taxas anuais de depreciação (%)	Depreciação acumulada	Taxas anuais de depreciação (%)	Depreciação acumulada
3,33 e 10	204.086 (93.853)	3,33 e 10	204.086 (93.853)
20	204.086 (93.853)	20	204.086 (93.853)
4	82.847 (49.176)	4	82.847 (49.176)
10	2.846 (2.254)	10	2.846 (2.254)
20	1.058 (1.058)	20	1.058 (1.058)
-	2.277 (2.117)	-	2.277 (2.117)
-	1.842 (1.842)	-	1.842 (1.842)
	295.637 (147.900)		295.637 (147.900)

b. Movimentação do custo

Saldo 31/12/2018		Adições		Baixas		Saldo 31/12/2019	
Máquinas e equipamentos	204.688	215	(98)	204.688	215	(98)	204.688
Construções	82.834	13	-	82.834	13	-	82.834
Móveis e utensílios	2.799	50	(3)	2.846	50	(3)	2.846
Terenos	1.058	-	-	1.058	-	-	1.058
Veículos	2.277	2	(40)	2.239	2	(40)	2.239
Obras em andamento	2.473	-	(631)	1.842	-	-	1.842
	296.129	280	(772)	295.637	280	(772)	295.637

c. Movimentação da depreciação

Saldo 31/12/2018		Adições		Baixas		Saldo 31/12/2019	
Máquinas e equipamentos	(85.144)	(8.709)	-	(93.853)	(85.144)	(8.709)	-
Construções	(45.799)	(3.377)	-	(49.176)	(45.799)	(3.377)	-
Móveis e utensílios	(2.073)	(181)	-	(2.254)	(2.073)	(181)	-
Veículos	(2.422)	(195)	-	(2.617)	(2.422)	(195)	-
	(135.438)	(12.462)	-	(147.900)	(135.438)	(12.462)	-

16. Diferido

Consolidado		
2019	2018	
Gastos administrativos pré-operacionais	1.682	1.682
Gastos de elaboração do projeto	9.025	9.025
Gastos financeiros pré-operacionais	12.603	12.603
Custo	23.310	23.310
(-) Amortização acumulada	(23.310)	(23.310)
Custo líquido	-	971

O diferido pertence basicamente a EPESA e está sendo amortizado em 10 anos. A EPESA decidiu pela manutenção do saldo de ativo diferido, conforme previsto na legislação vigente, até sua completa amortização. **17. Fornecedores**

Controladora		Consolidado	
2019	2018	2019	2018
Areva (i)	-	7574	7.571
Transmissoras (ii)	-	346	192
BR Distribuidora (iii)	-	-	1.928
Twenty Six Trading (iv)	-	81	477
HDI Global Seguros	-	390	441
Outros	128	323	794
Total	128	323	9.185

(i) Em 16 de novembro de 2007, a EPESA contratou a Benco Energia Ltda. para a prestação de serviço de engenharia, gerenciamento, construção e montagem das usinas. Na execução do serviço, a Benco subcontratou em abril de 2008 a Areva Transmissoras e Distribuição de Energia Ltda. para instalar os disjuntores-chave, seccionadores, para-raios, transformadores de corrente e tensão, sistema de proteção e controle e os cubículos de média tensão. A Areva emitiu notas fiscais de R\$ 7.580, as quais se encontram pendentes de pagamento pela EPESA dado ao fato da Sociedade ter movido ação contra a Areva por perdas e danos decorrente do atraso na entrada em operação das usinas (Nota Explicativa nº 17). Parte do valor está depositado em juízo e para o restante foi oferecida fiança bancária e penhora de bens do sócio controlador. **(ii)** Tarifa paga mensalmente pela Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA para 64 transmissoras pelo uso das redes de transmissão, conforme contratos regulados ("CUST"). **(iii)** Refere-se à aquisição de óleo diesel para geração de energia em atendimento ao despacho contínuo pelo ONS aderidos à vista, aproveitando-se desconto financeiro. **(iv)** Refere-se à aquisição de peças de reposição no exterior pela controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA. **18. Empréstimos e financiamentos**

Consolidado	
Vencimento	2019
Banco Safra S.A.	3,43% a.a. Jun/20
Banco Santander (Brasil) S.A.	2,65% a.a. e 2,85% a.a. Fev/19
Banco ABC Brasil S.A.	2,85% a.a. Fev/19
Banco Bradesco S.A.	2,87% a.a. Fev/19
	6.058

Circulante Não circulante **Movimentação dos empréstimos e financiamentos**

Consolidado	
2019	2018
Saldo inicial	101.284
Captações	90.000
Juros incorridos empréstimos e financiamentos	5.037
Pagamento de principal empréstimos e financiamentos	(95.219)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	(5.044)
Saldo final	101.284

Em 2019, a Companhia amortizou os montantes de R\$ 2.118 de juros e R\$ 24.992 de principal sobre os empréstimos, constituindo R\$ 2.118 de juros no resultado do exercício.

a. Informações sobre as investidas

	Investidas diretas						Investidas indiretas						Controladora		Consolidado	
	EBRASIL (a)		Vigus (b)		Su											

DC Energia e Participações S.A.

CNPJ 09.275.381/0001-96

24. Provisões para contingência (consolidado)	2019	2018
Provisão trabalhista	619	619
Provisão para risco do setor de energia	429	429
	1.048	1.048

Causas prováveis. A controlada Ebrasil é parte passiva em 47 processos trabalhistas, que, segundo seus consultores jurídicos acreditam que a chance de perda é Provável. Dessa forma, a Companhia mantém provisão para contingência no montante de R\$ 619. A Controlada indireta Enorte possui em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Empresa possui demandas judiciais classificadas como risco de perdas prováveis por seus assessores jurídicos no montante de R\$ 429. **Causas possíveis.** A controlada Eletricidade do Brasil S.A. é parte de processo no qual a Administração, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, acredita que a chance de êxito seja possível devido ao resultado da audiência preliminar conciliatória, das justificativas e provas apresentadas. Considerando a sentença e acordão já proferidos nos processos temos o que segue: Em 2008, a Areva emitiu e protestou 24 títulos, decorrentes de fornecimento de equipamentos elétricos para a subestação das usinas da Companhia, totalizando R\$ 7.580 (Nota Explicativa nº 16), que foram sustados sob a alegação de que: (i) os serviços não foram prestados; e (ii) os equipamentos não foram entregues na sua totalidade. O acionista controlador da Companhia ofereceu bens em garantia, suspendeu judicialmente a cobrança e o processo foi julgado totalmente procedente pelo juízo de primeiro grau, tendo o Tribunal em sede de Recurso de Apelação mantido a sustação dos Protestos. A Companhia, em função da discussão travada no conjunto processual acima, iniciou tais trâmites com citado processo de indenização (contingência ativa) contra esse fornecedor, solicitando: (i) R\$ 34.000, por perdas causadas à Companhia pelo atraso no comissionamento das usinas, reduzindo o seu faturamento entre janeiro e junho de 2009; e (ii) R\$ 8.631 dos serviços que não foram prestados e materiais que não foram entregues e de multas e perdas financeiras que a Companhia incorreu com terceiros pelos atrasos no comissionamento das usinas causados pelo fornecedor. Cumpre destacar que esta matéria foi vencida pela Companhia em 2 (duas) instâncias, porquanto a sua expectativa de perda é classificada como "remota", pelos mesmos consultores. Atualmente, há prazo processual em curso para apresentação de contrarrazões pela EPESA, que após, os autos judiciais serão remetidos ao Tribunal de Justiça de Pernambuco para o julgamento do recurso interposto. O recurso de apelação foi devidamente julgado em 31/10/2019 dando parcial provimento ao apelo, mantendo a publicação de intimação para apresentação de contrarrazões aos embargos. O risco máximo desse processo em andamento é de Cautelar de Sustação de Protesto de R\$ 15.390 e Ação Ordinária de R\$ 83.607 conforme opinião dos nossos consultores jurídicos. **25. Patrimônio líquido:** Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 o capital social subscrito e integralizado era representado por ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real). **a. Reserva de capital.** Conforme os termos do instrumento societário que deliberou sobre o adiamento para aumento de capital a sua classificação como instrumento patrimonial é apropriada considerando: (i) a sua conversão é irrevogável e irretirável; (ii) está dependendo de um acordo entre os sócios; (iii) o adiamento é em Reais sem correção; e (iv) a quantidade de ações é pré-fixada considerando o preço de pagamento de R\$1,00. O montante destinado como reserva de capital pode ser assim demonstrado:

	2019	2018
Outras reservas de capital	23.624	23.624
	23.624	23.624

b. Reserva legal. É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de Dezembro de 2018 essa reserva montava em R\$ 32.575, sendo adicionado em 2019 o montante de R\$ 2.926. **c. Dividendos.** Os lucros serão distribuídos conforme determina a Lei das S.A., ou seja, só após a constituição da Reserva Legal (Art. 193), Reserva de Lucros a Realizar (Art. 197) e Reserva para Retenção de Lucros (Art. 196) que os Lucros deverão ser distribuídos como dividendos. Em 2019 a Companhia constituiu dividendos no total de R\$ 24.768, que é composto pelos dividendos mínimos obrigatórios de 25% relativos à distribuição do resultado do exercício de 2019 (R\$ 24.780) e que serão distribuídos conforme disponibilidade de caixa. Em 2019 a Companhia releve parte do lucro líquido do exercício no valor de R\$ 74.303, para fins de avaliação dos sócios quanto a sua distribuição de dividendos adicionais em momento futuro.

	2019	2018
Lucro líquido	101.997	104.335
(-) Constituição da reserva legal	(2.926)	(5.217)
(=) Lucro a distribuir	99.071	99.118
(x) Percentual do dividendo mínimo obrigatório	25%	25%
(=) Dividendos mínimos obrigatórios	24.768	24.780
(+) Dividendos pagos	-	9.436
(+) Dividendos adicionais propostos	-	64.902
(=) Total dos dividendos no ano	24.768	99.118

26. Receita operacional líquida	Consolidado	
	2019	2018
Receita de aluguel e prestação de serviços	992	922
Receita de disponibilidade e geração de energia	185.672	205.749
PIS, COFINS e ISS sobre o faturamento	(17.267)	(19.117)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(1.669)	(1.849)
	167.728	185.705

EPESA. A controlada reconheceu receitas variáveis a menor em relação a 2018, uma vez que houve menor despachos pelo ONS durante praticamente todos os meses do ano. A receita fixa é atualizada na data-base do reajuste tarifário de cada Distribuidora de energia, respeitado o prazo mínimo legal de 12 meses e é destinada para cobrir os custos fixos e eventuais custos associados à declaração de inflexibilidade. A parcela de receita variável corresponde ao produto do custo variável unitário pela diferença entre a energia verificada e a energia correspondente à declaração de inflexibilidade e mediante despacho do ONS. Nas deduções da Receita incluem as contribuições sociais de PIS/COFINS à taxa de 9,25% sobre a receita bruta, apuradas mensalmente pelo sistema não cumulativo, e a parcela de P&D relativa a 1% da Receita operacional líquida de acordo com a Lei nº 9.991/2000, que objetiva incentivar a busca por inovações

tecnológicas do setor elétrico nacional (Nota Explicativa nº 16). **ENORTE.** A receita da controlada ENORTE corresponde a locação de equipamentos.

27. Custos dos produtos vendidos	Consolidado	
	2019	2018
Óleo diesel (i)	(26.771)	(52.244)
Contrato de uso do sistema de transmissão - CUST	(15.000)	(14.244)
Depreciação	(12.409)	(15.352)
Amortização do diferido	(971)	(2.331)
Recomposição do sistema	(1)	-
Mão de obra direta	(5.946)	(7.100)
Serviços e outros	(4.417)	(8.216)
Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE	(1.320)	(1.140)
	(66.835)	(100.627)

(i) EPESA. A controlada adquire óleo diesel para cumprir com o despacho do ONS, referido na conta "Óleo Diesel". Desde 2016, houve redução no custo em função da redução dos despachos pelo ONS. O principal custo recorrente registrado na conta "TUST" refere-se ao valor pago para as transmissoras pelo uso das redes de transmissão, cobrados pela utilização das instalações e componentes da rede básica, conforme definido por meio de Resolução da ANEEL. O custo é incorrido independentemente do despacho de energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia. A conta de "Recomposição do sistema" registra a compra de energia para reposição da venda acima da garantia física refere-se ao percentual de perdas entre as medições brutas, ou seja, entre os barramentos de 34,5/230 KV e o centro de gravidade do sistema interligado nacional. Estas perdas são o somatório das perdas internas e do ONS e estão sendo compensadas mensalmente com a aquisição de contratos bilaterais de energia no mercado de curto prazo. Neste custo também está sendo contabilizada a compra de energia pertinente à indisponibilidade ocorrida em 2011 e 2012. A conta "Sistema de contabilização e liquidação financeira CCEE" comporta resultados de liquidação financeira do sistema de contabilização e liquidação ocorrido mensalmente no âmbito da CCEE, decorrente de contratos de compra e venda de energia entre os agentes do setor, com débito ou crédito realizado em conta corrente no banco gestor decorrentes de atos de encargos setorial. Óleo diesel adquirido para geração de energia de acordo com despachos do ONS, sendo o principal fator para redução a redução do despacho médio que foi de 1,68% em 2019 (3,38% em 2018), o despacho é realizado substancialmente em atendimento as demandas de geração conforme requerimento do Operador Nacional do Sistema (ONS). O custo é incorrido independentemente do despacho de energia pelas usinas e é atualizado anualmente com base em regras específicas do setor de energia.

28. Despesas gerais e administrativas administrativas	Consolidado	
	2019	2018
Serviços contratados	(7.810)	(8.815)
Pessoal administrativo	(6.039)	(4.758)
Impostos e taxas	(714)	(817)
Depreciação	(484)	(648)
Outros	(3.985)	2.703
	(19.032)	(12.135)

29. Resultado financeiro líquido	Controladora	Consolidado
	2019	2018
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	-	38
Juros sobre aplicações financeiras	-	5.003
Juros e rendimentos	206	1.099
Varição monetária ativa	2.689	3.240
	2.895	8.829
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures	-	(6.052)
Juros sobre empréstimos	(844)	(1.419)
Juros e IOF sobre empréstimos	-	(66)
Juros e multas pagos a fornecedores	(1.340)	(6.799)
	(2.184)	(14.336)
	711	(5.507)

30. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	Consolidado	
	2019	2018
IRPJ	125.233	124.236
CSLL	125.233	124.236
TOTAL	250.466	248.472
IRPJ	125.233	124.236
CSLL	125.233	124.236
TOTAL	250.466	248.472

Lucro antes do IRPJ e CSLL 73.172 73.172 73.172 58.750 58.750 58.750

Base de cálculo	IRPJ	CSLL	correntes	IRPJ e CSLL diferidos	Outros ajustes fiscais	Incentivo fiscal - Redução 75% IRPJ
	(18.269)	(6.585)	(24.854)	(14.663)	(5.287)	(19.950)
	(2.382)	(857)	(3.239)	(4.109)	(1.479)	(5.588)
	1.093	-	1.093	1.061	-	1.061
	14.847	-	14.847	12.542	-	12.542
	(4.711)	(7.442)	(12.153)	(5.169)	(6.767)	(11.935)
	3,76%	5,94%	9,70%	4,16%	5,45%	9,61%

As alíquotas nominais são 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social, porém a controlada indireta EPESA pode reduzir em 75% o imposto de renda sobre o lucro da exploração pelo prazo de 10 anos a partir do ano-calendário do seu pleito, por estar situada na área incentivada pela SUDENE. A EPESA obteve o Laudo Constitutivo com a SUDENE em 19 de dezembro de 2012, o qual foi referendado pela Receita Federal do Brasil, conforme Ato Declaratório Executivo nº 142 de 27 de agosto de 2013. Em 2019 foi registrado no resultado da controlada indireta EPESA imposto de renda diferido de R\$ 2.382 (R\$ 4.109 em 2018) e contribuição social diferida de R\$ 857 (R\$ 1.479 em 2018), decorrentes principalmente da diferença de taxa de depreciação dos grupos geradores, entre a taxa permitida pelo Fisco e a taxa registrada contabilmente no exercício. **31. Instrumentos financeiros: DC ENERGIA.** A DC Energia revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações

financeiras. • Empréstimos - o principal propósito deste instrumento é gerar recursos para investimento em controlada indireta. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. **EBRASIL.** A EBRASIL revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras. • Empréstimos - o principal propósito deste instrumento é gerar recursos para investimento em controlada indireta. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. **EPESA.** A controlada indireta EPESA revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor de mercado na data de divulgação das demonstrações financeiras; • Contas a receber de clientes - decorrem diretamente das operações da Sociedade, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • Fornecedores - decorrem diretamente das operações da Sociedade e são classificados como passivos financeiros e são mensurados ao custo amortizado. • Empréstimos para capital de giro - o principal propósito desses instrumentos financeiros é gerar recursos para financiar as necessidades de fluxos de caixa no curto prazo. São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros das operações. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de instrumentos financeiros com características oriundas de fontes para capital de giro da Sociedade com custos atrelados à CDI. • Debêntures não conversíveis - são recursos para a construção das usinas e estão classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Trata-se de instrumentos financeiros com características de financiamentos de projetos de infraestrutura, com custo financeiro de TR + 10% a.a. Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

	2019	2018
	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao custo amortizado	85.387
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	22.471
Conta reserva serviço da dívida	Mensurado ao custo amortizado	5.158
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	8.984
Empréstimos bancários	Mensurado ao custo amortizado	-
Debêntures	Mensurado ao custo amortizado	44.808

ENORTE. A controlada indireta ENORTE revisa os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir: • Caixa e equivalentes de caixa - são classificados como disponibilidades de caixa, e o valor contábil reflete o valor justo na data de divulgação das demonstrações financeiras; • Contas a receber - decorrem diretamente das operações da ENORTE, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável; • Fornecedores - decorrem diretamente das operações da ENORTE e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.

	2019	2018
	Valor contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	Mensurado ao custo amortizado	28.994
Contas a receber de clientes	Mensurado ao custo amortizado	112.316
Fornecedores	Mensurado ao custo amortizado	20

32. Gerenciamento de riscos: A Administração da Sociedade realiza o gerenciamento à exposição aos riscos de taxas de juros, câmbio, crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios. O principal negócio da controlada direta Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL e de suas controladas indiretas EPESA e ENORTE, é a disponibilidade de usinas para geração de energia termelétrica. O Conselho de Administração da Sociedade possui responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento dos riscos associados aos negócios da Sociedade e de suas controladas, sendo este gerenciamento realizado através do mapeamento dos riscos, definição de responsáveis, planos de ação, políticas internas formais, matrizes de aprovação e sistema de gestão integrado. As operações da controlada EBRASIL e suas controladas indiretas ENORTE e EPESA que estão sujeitas a fatores de risco são como segue: **(a) Risco de liquidez:** Este risco decorre de uma eventual falta de capital para fazer frente às obrigações financeiras associadas aos seus passivos financeiros. Para minimizar tais riscos a Sociedade possui limites de crédito e gerencia os seus compromissos de curto e longo prazo, bem como, monitora rigorosamente o cumprimento das obrigações contratuais. A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados:

	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	3-5 anos	Mais que 5 anos
Debêntures EPESA	44.808	7.485	6.577	13.154	17.592	-
Debêntures EBRASIL	250.569	14.125	14.125	111.347	110.972	-
	295.377	21.610	20.702	124.501	128.564	-

A previsibilidade de receitas e custos, associado à margem operacional dos negócios ao longo dos contratos de comercialização, permite o gerenciamento das sobras e necessidades de caixa com grande antecedência. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo da conta Reserva do serviço da dívida da controlada EPESA, no valor de R\$ 5.158 (R\$ 8.209 em 2018) é mantido como garantia para amortização de três parcelas consecutivas (principal e juros) do saldo em aberto das debêntures (Nota Explicativa nº 12). **(b) Risco taxa de juros:** Esse risco é oriundo da possibilidade da Sociedade e suas controladas vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos e debêntures. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Sociedade e suas controladas é:

	2019	Consolidado
	Controladora	Consolidado
Instrumentos financeiros basicamente pré-fixados	-	-
Debêntures (10% a.a.)	-	308.023
Juros basicamente pós-fixados	-	-
Banco Safra	-	6.058
Banco Santander	-	-
Banco ABC	-	-

(c) Risco de taxa de câmbio: A Sociedade e suas controladas não possuem operação envolvendo instrumento financeiro. **(d) Risco de crédito:** O risco surge da possibilidade da Sociedade e suas controladas virem a incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros do Grupo. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros e de contrato reconhecidas no resultado foram as seguintes:

	2019	2018
	Controladora	Consolidado
Perda por redução ao valor recuperável em títulos de dívida a custo amortizado	-	98
	128	323

A exposição máxima do risco de crédito na data das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 está representado pelo saldo consolidado de contas a receber de clientes no montante de R\$ 22.639 (R\$ 61.789 em 2018). Este risco é avaliado como baixo. O risco de inadimplência no recebimento das receitas é considerado baixo, já que há uma forte estrutura de garantia de pagamento e os serviços prestados são bem regulados por órgãos reguladores (ANEEL, ONS, etc.) e de grande interesse público. **(e) Risco de aceleração de dívidas:** A Eletricidade do Brasil S.A. - EBRASIL e sua controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA possuem debêntures e empréstimos e financiamentos contendo cláusulas restritivas ("covenants"), relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, manutenção de conta reserva e outros, os quais podem configurar a antecipação do pagamento da dívida. Essas cláusulas são monitoradas pela controlada EBRASIL e sua controlada indireta EPESA, quando aplicável, negociadas com o agente fiduciário, evitando prejuízos ao curso normal das operações. **(f) Risco especulativo:** A Sociedade e suas controladas não realizam transações envolvendo derivativos exóticos ou especulativos, e qualquer tipo de operação com este tipo de instrumento precisa ser previamente aprovado pelo Conselho de Administração. **(g) Risco matéria prima:** É o risco da controlada Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA não dispor em tempo oportuno o combustível necessário para a entrada em operação das usinas a partir de despacho da ONS. O contrato de suprimento de combustível celebrado com a BR Distribuidora prevê a entrega nas usinas, a frete CIF (responsabilidade do remetente), por preço pré-fixado e atualizado com base na Portaria MME nº 112/2006. O prazo deste contrato é o mesmo dos contratos de comercialização de energia das usinas - CCEAR, ou seja, até 31 de dezembro de 2023. Este contrato determina que as ordens de compras para fornecimento de combustível deverão ser emitidas com antecedência de 5 (cinco) dias a contar do dia seguinte do pedido. O contrato prevê ainda o pagamento de uma indenização quando o fornecedor não entregar a quantidade necessária para as usinas atender ao despacho. Esta cláusula de indenização está sendo renovada periodicamente, conforme Termo de Compromisso por Prazo Determinado, assinado entre ANEEL e BR Distribuidora em 17 de abril de 2009. Sendo assim, a EPESA possui capacidade de tançamento suficiente para armazenar combustível necessário para sua demanda de geração. Já que o diesel é altamente perecível nas condições climáticas das usinas, a Sociedade gerencia este risco através da manutenção de um estoque mínimo de segurança, do acompanhamento do nível dos reservatórios de água das hidroelétricas e da lista das usinas termelétricas divulgadas pelo ONS que estão sendo despachadas e também através do contrato com a empresa BR Distribuidora. **33. Eventos subsequentes:** Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar os seguintes impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras. O Grupo tomou diversas medidas de prevenção para seus colaboradores, evitando que se exponham a situações de risco, como através do cancelamento de viagens, adoção de home office e rodízio de colaboradores para evitar aglomerações, utilizações de meios de atendimento remotos, dentre outras. O Grupo continuará atendendo às orientações dos órgãos competentes e poderá adotar novas medidas preventivas, com foco na segurança de seus colaboradores. A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Empresa e de seus investimentos, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração devido ao tipo de negócio dos seus investimentos entende que não existem impactos nas demonstrações financeiras.

Diretoria: Diretor Presidente - Dionon Lustosa Cantarelli Junior; **Diretora Executiva** - Josimary Lima Cantarelli; **Diretor Administrativo Financeiro** - Carlos Wilson Silva Ribeiro. **Contador** - Mayara Peixoto Quintino Martorelli - CRC PE 021.099/O-5.

Publicidade Legal - 22 de julho de 2022 - DC ENERGIA E
PARTICIPAÇÕES 2019-2018 pdf

Código do documento 7035ac28-8e4f-4798-b702-96e38158690c



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

21 Jul 2022, 18:53:55

Documento 7035ac28-8e4f-4798-b702-96e38158690c **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:53:55-03:00

21 Jul 2022, 18:54:14

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:54:14-03:00

21 Jul 2022, 18:54:27

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 186.214.132.60 (186.214.132.60.static.host.gvt.net.br porta: 17152). Dados do Certificado: C=BR,O=ICP-Brasil,OU=AC SOLUTI v5,OU=AC SOLUTI Multipla v5,OU=A1,CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100. - DATE_ATOM: 2022-07-21T18:54:27-03:00

Hash do documento original

(SHA256):29f457654ebbd76a63694947f8bb0de6c9b9dea111a3c24c3721e8ed9f48fe7
(SHA512):f21e86e579a93a419511f6b01432770edc369a069fd0796402a0b8a0d063f71154a2fb53a7615377106e98377d86ad80e4fa7b0c58b13f954c931be1476a9f89

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign